



Raunheitti presta juramento, ao lado de Klein e Passarinho.

CPI: Raunheitti não explica verbas.

DEPUTADO NÃO TEVE COMO JUSTIFICAR OS US\$ 14,9 MILHÕES ENVIADOS ÀS SUAS PRÓPRIAS ENTIDADES



O deputado federal Fábio Raunheitti (PTB-RJ) não conseguiu explicar, em seu depoimento à CPI do Orçamento, como enviou às suas próprias entidades subvenções sociais num valor de US\$ 14,9 milhões em apenas quatro anos. Raunheitti foi sub-relator setorial para o Ministério da Ação Social na Comissão de Orçamento entre 1989 e 1990, cargo para o qual foi levado pelo deputado João Alves (PPR-BA), o principal envolvido na ma-

nipulação de verbas orçamentárias. Em seu depoimento o deputado tentou se esquivar das acusações afirmando ter deixado a direção das entidades educacionais e hospitalares que sua família controla desde que foi eleito para a Câmara.

Raunheitti controla 11 entidades em Nova Iguaçu (RJ), todas consideradas beneficentes e sem fins lucrativos. A principal delas, a Sociedade de Ensino Superior de Nova Iguaçu (Sesni), que recebeu entre 1991 e 1992 US\$ 1,6 milhão como subvenção social, cobra

mensalidades que variam de CR\$ 23 mil a CR\$ 60 mil.

Durante o depoimento, a deputada Jandira Feghali (PC do B-RJ) apresentou documento que comprova que Raunheitti cometeu fraude em suas declarações de IR de 1992 e 1993. Nesses dois anos, Raunheitti declarou ter recebido "pro-labore" da Associação Fluminense de Educação no valor de CR\$ 4,4 milhões. Feghali conseguiu uma declaração do presidente da associação de que Raunheitti não recebe nada da entidade desde 1991, quando foi rescin-

dido o contrato entre as partes.

Auditoria feita pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Receita constatou que as subvenções sociais recebidas pelas entidades controladas por Raunheitti foram desviadas para aplicações no mercado financeiro. Os auditores também verificaram que os rendimentos obtidos não foram declarados à Receita. Eles constataram ainda que uma das entidades, a Sociedade de Proteção à Infância e Maternidade de Mesquita, recebeu US\$ 1,1 milhão apesar de estar desativada.